

Fernando Capez

Procurador de Justiça, mestre pela Universidade de São Paulo (USP) e doutor pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP). Lecionou por dezoito anos no Complexo Jurídico Damásio de Jesus, sendo, também, professor honorário da Universidade Presbiteriana Mackenzie, coordenador jurídico da Universidade Nove de Julho, professor concursado da Academia de Polícia e professor da Escola Superior do Ministério Público de SP. Foi Deputado Estadual por três mandatos, Presidente da Comissão de Constituição e Justiça da Assembleia Legislativa de São Paulo (2007-2010), Coordenador do Curso de Direito da Universidade Bandeirante de SP (2004/2012), Presidente da Assembleia Legislativa de São Paulo (2015-2017) e Presidente do Colégio de Presidentes das Assembleias Legislativas do Brasil (2015-2017). Foi Secretário Estadual de Defesa do Consumidor e Presidente do Procon-SP de janeiro de 2019 a março de 2022.

CURSO DE PROCESSO PENAL

31ª edição
2024

saraiva  jur



saraiva
EDUCAÇÃO

saraiva juca

Av. Paulista, 901, Edifício CYK, 4º andar
Bela Vista – São Paulo – SP – CEP 01310-100

SAC

sac.sets@saraivaeducacao.com.br

Diretoria executiva Flávia Alves Bravin

Diretoria editorial Ana Paula Santos Matos

Gerência de produção e projetos Fernando Penteado

Gerência de conteúdo e aquisições Thais Cassoli Reato César

Gerência editorial Livia Céspedes

Novos projetos Aline Darcy Flôr de Souza
Dailia Costa de Oliveira

Edição Iris Ferrão

Design e produção Jeferson Costa da Silva (coord.)
Karina Lourenço Kempter
Guilherme Salvador
Lais Soriano
Rosana Peroni Fazolan
Tiago Dela Rosa
Verônica Pivisan

Planejamento e projetos Cintia Aparecida dos Santos
Daniela Maria Chaves Carvalho
Emily Larissa Ferreira da Silva
Kelli Priscila Pinto

Diagramação Tangente Design

Revisão Daniela Georgeto

Capa Lais Soriano

Produção gráfica Marlí Rampim
Sergio Luiz Pereira Lopes

Impressão e acabamento Edições Loyola

DADOS INTERNACIONAIS DE CATALOGAÇÃO NA PUBLICAÇÃO (CIP)
ELABORADO POR VAGNER RODOLFO DA SILVA - CRB-8/9410

C241c Capez, Fernando

Curso de processo penal / Fernando Capez. –
31. ed. – São Paulo : SaraivaJur, 2024.

600 p.

ISBN: 978-85-5362-084-5 (impresso)

1. Direito. 2. Direito Processual Penal. I. Título.

2023-3153

CDD 341.43

CDU 343.1

Índices para catálogo sistemático:

1. Direito Processual Penal

341.43

2. Direito Processual Penal

343.1

Data de fechamento da edição: 21-11-2023

Dúvidas? Acesse www.saraivaeducacao.com.br

Nenhuma parte desta publicação poderá ser reproduzida por qualquer meio ou forma sem a prévia autorização da Saraiva Educação. A violação dos direitos autorais é crime estabelecido na Lei n.º 9.610/98 e punido pelo art. 184 do Código Penal.

COD OBRA 10684

CL 608561

CAE 847506

ÍNDICE

<i>Sobre o Autor</i>	VII
<i>Abreviaturas</i>	IX
<i>Prefácio</i>	XIII
1. Introdução	1
1.1. Conceito de processo penal	1
1.2. O processo penal e o direito de punir	1
1.3. Conteúdo do processo penal	2
Questões	3
2. Jurisdição	3
2.1. Interesse, pretensão, conflitos de interesse e litígio	4
2.2. Autotutela	4
2.3. Autocomposição	5
2.4. A intervenção de terceiro, a mediação e o processo	5
2.5. Características da jurisdição	6
2.5.1. Substitutividade	6
2.5.2. Escopo de atuação do direito	7
2.5.3. Inércia	7
2.5.4. Imutabilidade (ou definitividade)	8
2.5.5. Lide	8
2.6. Princípios próprios da jurisdição	8
2.6.1. Investidura	8
2.6.2. Indelegabilidade	8
2.6.3. Inevitabilidade	9
2.6.4. Inafastabilidade (ou princípio do controle jurisdicional)	9
2.6.5. Juiz natural	9
2.6.6. Juiz de garantias	10
2.7. Finalidades da jurisdição	13
2.8. Espécies de jurisdição	13
2.9. Jurisdição necessária	13
Questões	14
3. Processo	14
3.1. Processo, procedimento e relação jurídica processual	14
3.2. Elementos identificadores da relação processual	15

3.2.1.	Sujeitos processuais	15
3.2.2.	Objeto da relação processual.....	15
3.2.3.	Pressupostos processuais.....	16
3.3.	Formas do procedimento	16
3.4.	Princípios informadores do processo penal.....	19
3.4.1.	Legalidade.....	19
3.4.2.	Verdade real	20
3.4.3.	Imparcialidade do juiz	21
3.4.4.	Igualdade processual	21
3.4.5.	Contraditório.....	22
3.4.6.	Ampla defesa	23
Jurisprudência.....		24
3.4.7.	Da ação ou demanda	24
3.4.8.	Da disponibilidade e da indisponibilidade.....	24
3.4.9.	Oficialidade.....	25
3.4.10.	Oficiosidade.....	25
3.4.11.	Autoritariedade	25
3.4.12.	Indisponibilidade.....	25
3.4.13.	Da verdade formal ou dispositivo	26
3.4.14.	Da verdade material ou da livre investigação das provas.....	26
3.4.15.	Inadmissibilidade das provas obtidas por meios ilícitos.....	26
3.4.16.	Do impulso oficial.....	27
3.4.17.	Iniciativa das partes (<i>ne procedat judex ex officio</i>).....	27
3.4.18.	<i>Ne eat judex ultra petita partium</i>	27
3.4.19.	Da persuasão racional do juiz	28
3.4.20.	Da motivação das decisões judiciais.....	28
3.4.21.	Publicidade	29
3.4.22.	Lealdade processual	30
3.4.23.	Economia processual	30
3.4.24.	Celeridade processual.....	30
3.4.25.	Duplo grau de jurisdição	31
3.4.26.	Estado de inocência.....	31
3.4.27.	<i>Favor rei</i>	33
3.4.28.	Juiz natural	33
3.4.29.	Identidade física do juiz.....	33
3.4.30.	Promotor natural.....	34
3.4.31.	Devido processo legal	34
3.5.	Pretensão punitiva.....	35
3.6.	Tipos de processo penal	36
3.6.1.	Acusatório	36
3.6.2.	Inquisitivo	36
3.6.3.	Misto	36
Jurisprudência.....		36
Questões.....		38

4. Eficácia da lei processual penal no tempo.....	38
Jurisprudência.....	41
Questões.....	42
5. Eficácia da lei processual penal no espaço.....	42
Questões.....	43
6. Imunidades	43
6.1. Imunidades diplomáticas	43
6.2. Imunidades parlamentares.....	43
6.3. Imunidade material.....	44
6.4. Imunidade processual.....	45
6.5. Imunidade prisional	46
6.6. Do foro especial por prerrogativa de função.....	46
6.7. Prerrogativa de foro de outras autoridades.....	47
6.8. Imunidade para servir como testemunha.....	48
6.9. Imunidades parlamentares e estado de sítio.....	48
6.10. Imunidade penal temporária do presidente da República.....	48
Jurisprudência.....	48
Questões.....	49
7. Interpretação da lei processual penal.....	49
7.1. Conceito.....	49
7.2. Espécies.....	49
7.3. Interpretação da norma processual.....	50
7.4. Formas de procedimento interpretativo.....	50
Questões.....	50
8. Analogia.....	50
8.1. Conceito	50
8.2. Fundamento	51
8.3. Natureza jurídica.....	51
8.4. Distinção.....	51
8.5. Espécies.....	51
8.6. Norma processual.....	51
Jurisprudência.....	52
Questões.....	52
9. Fontes do direito processual penal	52
9.1. Conceito	52
9.2. Espécies.....	52
9.3. Fonte de produção	52
9.4. Fonte formal.....	53
9.5. Costume	53

9.6. Princípios gerais do direito	53
9.7. Lei processual	53
Questões.....	53
10. Inquérito policial	53
10.1. Conceito.....	53
10.2. Polícia judiciária	54
10.3. Competência e atribuição	54
Jurisprudência.....	56
10.4. Finalidade	56
10.5. Inquéritos extrapoliciais.....	56
Jurisprudência.....	57
10.6. Características.....	58
10.6.1. Procedimento escrito	58
10.6.2. Sigiloso	58
10.6.3. Oficialidade.....	59
10.6.4. Oficiosidade.....	59
10.6.5. Autoritariedade	59
10.6.6. Indisponibilidade.....	59
10.6.7. Inquisitivo	59
Jurisprudência.....	60
10.7. Valor probatório	60
Jurisprudência.....	61
10.8. Vícios	61
Jurisprudência.....	61
10.9. Juizados especiais (Lei n. 9.099/95).....	62
Jurisprudência.....	62
10.10. Dispensabilidade	63
Jurisprudência.....	63
10.11. Incomunicabilidade.....	63
10.12. <i>Notitia criminis</i>	63
10.13. Início do inquérito policial	64
10.13.1. Crime de ação penal pública incondicionada (CPP, art. 5º, I e II, §§ 1º, 2º e 3º).....	64
10.13.2. Crime de ação penal pública condicionada (CPP, art. 5º, § 4º).....	66
10.13.3. Crime de ação penal privada (CPP, art. 5º, § 5º).....	66
10.14. Peças inaugurais do inquérito policial	67
Jurisprudência.....	67
10.15. Providências.....	67
10.16. Indiciamento	71
Jurisprudência.....	73
10.17. Encerramento	74

10.18. Prazo	74
10.19. Prazos especiais	77
10.20. Contagem do prazo.....	77
Jurisprudência.....	77
10.21. Arquivamento – Inovações da Lei n. 13.964/2019	78
10.22. Investigações criminais presididas diretamente pelo representante do Ministério Público	79
Jurisprudência.....	81
10.23. Investigação do crime de tráfico de pessoas.....	81
Questões	83
11. Ação penal	83
11.1. Conceito	83
11.2. Características.....	83
11.3. Espécies de ação penal no direito brasileiro	83
11.4. As condições da ação penal.....	84
11.4.1. Possibilidade jurídica do pedido	85
11.4.2. Interesse de agir.....	85
11.4.3. Legitimação para agir	86
11.5. Ação penal pública incondicionada: titularidade e princípios.....	87
11.5.1. Titularidade	87
11.5.2. Princípio da obrigatoriedade.....	87
11.5.2.1. Acordo de Não Persecução Penal – ANPP.....	88
11.5.2.1.1. Breve histórico	88
11.5.2.1.2. Conceito e natureza jurídica.....	89
11.5.2.1.3. Requisitos, condições, vedações e procedimentos	89
11.5.2.1.4. Questão polêmica: aplicação do ANPP no tempo.....	91
Jurisprudência	91
11.5.3. Princípio da indisponibilidade.....	92
11.5.4. Princípio da oficialidade	93
11.5.5. Princípio da autoritariedade.....	93
11.5.6. Princípio da oficiosidade.....	93
11.5.7. Princípio da indivisibilidade	93
11.5.8. Princípio da intranscendência	94
11.5.9. Princípio da suficiência da ação penal.....	94
11.6. Ação penal pública condicionada.....	94
11.6.1. Conceito.....	94
11.6.2. Ação penal pública condicionada à representação	95
11.6.3. Crimes cuja ação depende de representação da vítima ou de seu representante legal	95
11.6.4. Natureza jurídica da representação	96
11.6.5. Titular do direito de representação.....	96

11.6.6.	Prazo.....	97
11.6.7.	Forma.....	98
11.6.8.	Destinatário.....	98
11.6.9.	Irretratabilidade	99
11.6.10.	Não vinculação.....	100
11.6.11.	Ação penal pública condicionada à requisição do Ministro da Justiça	100
11.6.12.	Ação penal nos crimes contra a dignidade sexual	101
Jurisprudência.....		101
11.6.13.	Ação penal nos crimes de violência doméstica e familiar contra a mulher – Lei n. 11.340/2006	101
Jurisprudência.....		101
11.7.	Ação penal privada: conceito, fundamento e princípios.....	102
11.7.1.	Conceito.....	102
11.7.2.	Fundamento	102
11.7.3.	Titular	102
11.7.4.	Princípio da oportunidade ou conveniência	103
11.7.5.	Princípio da disponibilidade	103
11.7.6.	Princípio da indivisibilidade	103
11.7.7.	Princípio da intranscendência	104
11.8.	Ação penal privada: espécies	104
11.8.1.	Exclusivamente privada, ou propriamente dita.....	104
11.8.2.	Ação privada personalíssima.....	104
11.8.3.	Subsidiária da pública.....	104
11.8.4.	Ação penal secundária	105
11.9.	Crimes de ação penal privada no Código Penal.....	105
11.10.	Prazo da ação penal privada	105
11.11.	Distinção entre prazo penal e prazo processual.....	107
Jurisprudência.....		107
Questões.....		107
12. Denúncia e queixa.....		108
12.1.	Conceito	108
12.2.	Requisitos: art. 41 do CPP	108
Jurisprudência.....		111
12.3.	Omissões.....	111
12.4.	Prazo para a denúncia (CPP, art. 46)	112
12.5.	Prazo para a queixa (CPP, art. 38).....	112
12.6.	Aditamento da queixa.....	112
12.7.	Rejeição da denúncia ou queixa: art. 395 do CPP.....	113
12.7.1.	Inépcia da denúncia ou queixa	113
12.7.2.	Ausência de pressuposto processual	113
12.7.3.	Ausência de condição para o exercício da ação penal.....	113
12.7.4.	Ausência de justa causa para o exercício da ação penal	115

12.8. Fundamentação no recebimento.....	115
12.9. Recurso.....	116
12.10. Absolvição sumária.....	116
12.11. Rejeição posterior da denúncia recebida	117
Jurisprudência.....	117
Questões.....	117
13. Ação civil <i>ex delicto</i>	117
Questões.....	121
14. Sujeitos processuais.....	121
14.1. Juiz penal.....	122
14.2. Prerrogativas e vedações.....	123
14.3. Ministério Público.....	124
14.4. Prerrogativas e vedações.....	125
14.5. Princípios – art. 127, § 1º, da Constituição Federal	126
14.5.1. Unidade e indivisibilidade.....	126
14.5.2. Independência.....	126
14.5.3. Autonomia funcional e administrativa (art. 127, § 2º, da CF/88).....	127
14.6. Querelante	127
14.7. Acusado.....	127
14.8. Identificação.....	128
14.9. Presença, direito ao silêncio e revelia.....	128
14.10. Outras garantias fundamentais	130
14.11. Defensor.....	131
14.12. Defensor constituído.....	133
14.13. Defensor dativo	133
14.14. Curador	134
14.15. Assistente	135
14.16. Ministério Público e ação penal privada.....	135
14.17. Funções do assistente: natureza jurídica	138
14.18. Admissão	139
14.19. Atividades do assistente	140
14.20. Prazo para interpor recurso	143
Jurisprudência.....	144
Questões.....	145
15. Competência.....	145
15.1. Conceito de jurisdição.....	145
15.2. Origem etimológica da palavra “jurisdição”	145
15.3. Princípios da jurisdição	145
15.4. Características da jurisdição.....	146

15.5.	Competência	146
15.6.	Conceito de competência	146
15.7.	Espécies de competência	147
15.8.	Como saber qual o juízo competente?	147
Jurisprudência.....		158
15.9.	Outros critérios para saber qual o juiz competente.....	158
15.10.	Diferença entre competência material e competência funcional.....	159
15.11.	Competência absoluta e relativa.....	160
15.12.	Prorrogação de competência necessária e voluntária	160
15.13.	Delegação de competência.....	160
15.14.	Competência <i>ratione materiae</i> na Constituição Federal	161
15.15.	Competência pelo lugar da infração: teoria adotada e regras especiais.....	161
15.16.	Competência pelo domicílio ou residência do réu.....	163
15.17.	Competência pela natureza da infração.....	163
15.17.1.	Federalização das causas relativas a direitos humanos. Do incidente de deslocamento de competência.....	166
15.17.2.	Do Tribunal Penal Internacional. Competência para julgar genocídio, crimes de guerra, contra a humanidade e de agressão	166
15.18.	Competência por distribuição.....	167
15.19.	Competência por conexão	167
15.19.1.	Espécies de conexão	168
15.20.	Competência por continência	168
15.21.	Foro prevalente	169
15.22.	Separação de processos	170
15.23.	Competência por prevenção.....	171
15.24.	<i>Perpetuatio jurisdictionis</i>	172
Jurisprudência.....		172
Questões.....		173
16. Prisão		173
16.1.	Introdução.....	173
16.1.1.	Finalidade das regras da prisão provisória	173
16.1.2.	Prisão provisória: imprescindibilidade	173
16.1.3.	Hipóteses de prisão provisória: ser preso e permanecer preso	173
16.1.4.	Caráter excepcional da prisão preventiva: restrição de hipóteses para seu cabimento e natureza subsidiária como providência cautelar	174
16.1.5.	Revisão obrigatória de todos os casos de prisão provisória ..	175
16.1.6.	Modificações operadas no instituto da fiança.....	175
16.2.	Conceito.....	175

16.3.	Espécies de prisão.....	175
16.4.	Mandado de prisão.....	176
16.5.	Prisão em domicílio	177
16.6.	Prisão em perseguição.....	178
16.7.	Prisão fora do território do juiz	178
16.8.	Custódia	178
16.9.	Uso de algemas	179
16.10.	Prisão especial	182
16.11.	Prisão provisória domiciliar	183
16.12.	Prisão em flagrante.....	183
16.12.1.	Espécies de flagrante	183
16.12.2.	Flagrante nas várias espécies de crimes	186
16.12.3.	Sujeitos do flagrante.....	186
16.12.4.	Auto de prisão em flagrante	188
16.12.5.	Relaxamento da prisão em flagrante pela própria autoridade policial.....	192
16.12.6.	Prisão em flagrante por apresentação espontânea.....	193
16.12.7.	Audiência de custódia.....	193
16.13.	Prisão preventiva	194
16.13.1.	Conceito.....	194
16.13.2.	Natureza.....	194
16.13.3.	Presunção da inocência e prisão cautelar	194
16.13.4.	Pressupostos para a prisão preventiva: <i>fumus comissi delicti</i>	195
16.13.5.	Requisitos para a prisão preventiva: <i>periculum libertatis</i>	196
16.13.6.	Da contemporaneidade da prisão preventiva.....	197
Jurisprudência.....		198
16.13.7.	Hipóteses de cabimento da prisão preventiva	199
16.13.8.	Momento para a decretação da prisão preventiva.....	200
16.13.9.	Recurso contra a decisão que decretar a prisão preventiva	200
16.13.10.	Modalidades de prisão preventiva: autônoma; transformada ou convertida; e substitutiva ou subsidiária.....	200
16.13.11.	Prisão preventiva domiciliar	202
Jurisprudência.....		203
16.13.12.	Prisão preventiva, medidas cautelares e detração penal	204
16.13.13.	Prazo para conclusão do inquérito policial no caso de indiciado preso.....	205
16.13.13.1.	Termo inicial do prazo na hipótese de conversão do flagrante em preventiva	205
16.13.14.	Conversão do flagrante em prisão preventiva, sem oferecimento da denúncia: possibilidade	205
16.13.15.	Fundamentação.....	206
16.13.16.	Revogação.....	207
16.13.17.	Momentos processuais em que a prisão preventiva deverá ser necessariamente revista	207

Jurisprudência	207
16.14. Prisão temporária	207
16.15. Medidas cautelares	210
16.15.1. Pressupostos constitucionais: necessidade e adequação.....	210
16.15.2. Caráter subsidiário da preventiva: preponderância das medidas cautelares alternativas.....	212
16.15.3. Rol de medidas cautelares	212
16.15.4. Necessidade e adequação para as medidas cautelares alternativas.....	213
16.15.5. Ressalvas legais.....	214
16.15.6. Decretação das medidas cautelares	214
16.15.7. Contraditório	214
16.15.8. Descumprimento das obrigações impostas: prisão preventiva é a <i>ultima ratio</i>	214
16.16. Liberdade provisória	215
16.16.1. Conceito.....	215
16.16.2. Espécies.....	215
16.16.3. Liberdade provisória sem a necessidade de recolhimento de fiança	215
16.16.4. Competência para a concessão.....	216
16.16.5. Recurso	216
16.16.6. Liberdade provisória com fiança	216
16.16.6.1. A liberdade provisória como regra	216
16.16.6.2. Conceito de fiança criminal	216
16.16.6.3. Natureza cautelar	216
16.16.6.4. Momento para concessão da fiança	217
16.16.6.5. Modalidades de fiança	217
16.16.6.6. Arbitramento da fiança: critérios para a concessão.....	217
16.16.6.7. Dispensa do pagamento em razão da situação econômica	217
16.16.6.8. Reforço da fiança	218
16.16.6.9. Obrigações processuais decorrentes da fiança ...	218
16.16.6.10. Momento e competência para a sua concessão ...	218
16.16.6.11. Prática de mais de um crime passível de fiança..	218
16.16.6.12. Delito afiançável e existência de motivo para decretação da prisão preventiva.....	218
16.16.6.13. Quebramento da fiança	219
16.16.6.13.1. Efeitos do quebramento da fiança	219
16.16.6.14. Perdimento da fiança	219
16.16.6.15. Cassação da fiança	219
16.16.6.16. Infrações inafiançáveis	219
Jurisprudência.....	220
Questões.....	221

17. Prova.....	221
17.1. Conceito e objetivo	221
17.2. Objeto	222
17.2.1. Fatos que independem de prova.....	222
17.2.2. Fatos que dependem de prova	223
17.2.3. Prova do direito	223
17.3. Prova proibida	223
17.3.1. Conceito.....	223
17.3.2. Provas ilícitas por derivação e a teoria dos “frutos da árvore envenenada” (<i>fruits of the poisonous tree</i>). Princípio da proporcionalidade	225
17.3.3. Provas ilícitas nos termos do art. 157 do CPP	228
17.3.4. Provas ilícitas e a inviolabilidade do sigilo das comunicações. Comunicação por carta e telegráfica.....	231
17.3.5. Provas ilícitas e a inviolabilidade do sigilo das comunicações. Comunicações telefônicas	232
17.3.6. Inviolabilidade do sigilo das comunicações. Comunicações telefônicas. Interceptação. Requisitos legais constantes da Lei n. 9.296/96.....	237
17.3.7. Provas ilícitas e a quebra do sigilo bancário e fiscal	242
Jurisprudência.....	244
17.4. Classificação das provas	244
17.5. Meios de prova.....	245
17.6. Ônus da prova.....	245
17.6.1. Procedimento probatório	246
17.6.2. Prova emprestada	247
17.6.3. O álibi	247
17.7. Sistemas de apreciação.....	248
17.8. Princípios gerais das provas.....	249
17.9. A providência cautelar da busca e apreensão.....	249
17.9.1. Natureza jurídica	249
17.9.2. Objeto	249
17.9.3. Busca em repartição pública	250
17.9.4. Busca domiciliar	250
Jurisprudência.....	251
17.9.4.1. Restrição	251
17.9.4.2. Horário.....	251
17.9.4.3. Requisitos.....	252
17.9.5. Busca pessoal	252
17.9.5.1. Requisitos.....	252
17.9.5.2. Restrições	252
17.9.6. Da apreensão	252
17.10. Das perícias	253

17.10.1.	Conceito	253
17.10.1.1.	Natureza jurídica.....	253
17.10.1.2.	Requisitos.....	253
17.10.1.3.	Determinação das perícias.....	254
17.10.1.4.	Espécies de perícias.....	254
17.10.1.5.	Do procedimento da perícia.....	255
17.10.1.6.	Laudo pericial.....	255
17.10.2.	Do exame de corpo de delito	256
17.10.2.1.	Conceito.....	256
17.10.2.2.	Distinção entre corpo de delito e exame de corpo de delito	256
17.10.2.3.	Distinção entre exame de corpo de delito direto e indireto	256
17.10.2.4.	Indispensabilidade do exame de corpo de delito ..	256
Jurisprudência.....		259
17.10.2.5.	Impossibilidade do exame de corpo de delito direto em infração que deixa vestígio.....	259
17.10.2.6.	Espécies.....	260
17.10.3.	Perito.....	260
17.10.3.1.	Conceito.....	260
17.10.3.2.	Espécies.....	260
17.10.3.3.	Impedimentos	260
17.10.4.	Perícia psiquiátrica	261
17.10.5.	Questões polêmicas.....	261
17.11.	Interrogatório.....	262
17.11.1.	Conceito.....	262
17.11.2.	Natureza	262
17.11.3.	Disposições legais que reforçam o interrogatório como meio de defesa	264
17.11.4.	Características	264
17.11.5.	Ausência de interrogatório no curso da ação	266
17.11.6.	Princípio da identidade física do juiz	266
17.11.7.	Interrogatório por videoconferência	267
Jurisprudência.....		269
17.11.8.	Silêncio e mentira do réu	270
17.11.9.	Espécies de interrogatório	270
17.11.10.	Revel	270
17.11.11.	O conteúdo do interrogatório	271
17.12.	Confissão. Conceito. Fatores determinantes.....	272
17.12.1.	Espécies de confissão.....	272
17.12.2.	Valor probante da confissão	272
17.12.3.	Características da confissão (CPP, art. 200).....	273
Jurisprudência.....		273
17.12.4.	Confissão ficta	273

17.12.5.	Delação	273
17.13.	Prova testemunhal ou testemunha.....	274
17.13.1.	Conceito	274
17.13.2.	Características da prova testemunhal	274
17.13.3.	Características das testemunhas.....	275
17.13.4.	Dispensas e proibições	275
17.13.5.	Testemunha suspeita. Conceito e distinções	276
17.13.6.	Causas de suspeição	276
17.13.7.	Contradita.....	276
17.13.8.	Número de testemunhas.....	277
17.13.9.	Classificação das testemunhas	277
17.13.10.	Deveres da testemunha.....	278
17.13.11.	Procedimento.....	278
17.13.12.	Termo	279
17.13.13.	Sistema de exame judicial	279
17.13.14.	Depoimento infantil	280
17.13.15.	Testemunho de policiais	280
17.13.16.	Incomunicabilidade	280
17.13.17.	Falso testemunho (art. 342 do CP)	281
17.13.18.	Lugar do depoimento	281
17.13.19.	Precatórias	282
17.13.20.	Militares e funcionários	283
17.13.21.	Ofendido	283
17.13.22.	Questões polêmicas.....	285
17.14.	Reconhecimento de pessoas e coisas (arts. 226 a 228).....	285
17.14.1.	Definição e elementos	285
17.14.2.	Natureza jurídica	286
17.14.3.	Reconhecimento de pessoas	286
Jurisprudência.....		286
Jurisprudência.....		287
17.14.4.	Reconhecimento de coisas	288
17.15.	Acareação. Pressupostos	288
17.16.	Documentos.....	288
17.16.1.	Conceito legal	288
17.16.2.	Função do documento.....	289
17.16.3.	Produção	289
17.16.4.	Limitação da produção de prova documental	289
17.16.5.	Autor do documento	290
17.16.6.	Meio de formação do documento	290
17.16.7.	Conteúdo do documento	290
17.16.8.	Autenticidade.....	291
17.16.9.	Classificação geral dos documentos	291
17.16.10.	Documento e instrumento.....	292
17.16.11.	Instrumento público. Classificação. Eficácia	292

17.16.12.	Instrumento particular	293
17.16.13.	Força probante dos documentos particulares assinados	294
17.16.13.1.	Da autenticidade dos documentos particulares e seus efeitos	294
17.16.13.2.	Prova da data dos documentos particulares	294
17.16.14.	Força probante do telegrama, radiograma e outros meios de transmissão	294
17.16.15.	Força probante das reproduções mecânicas	295
17.16.16.	Força probante dos documentos não assinados	295
17.16.17.	Originais e cópias	295
17.16.18.	Admissão de documento	296
17.16.19.	Desentranhamento de documentos	296
17.16.20.	Vícios dos documentos	297
17.16.21.	Falsidade e incidente	297
17.17.	Indícios e presunções	298
17.17.1.	Definições	298
17.17.2.	Natureza jurídica	298
17.17.3.	Valor probante	298
17.18.	Prova de fora da terra	298
17.19.	Prova antecipada	299
17.20.	Prova emprestada	299
17.21.	Delação. Definição, natureza e valor	299
Jurisprudência		300
Questões		301
18.	Das questões e processos incidentes	301
18.1.	Compreensão do tema	301
18.1.1.	Definição de prejudicialidade	301
18.1.2.	Elementos essenciais da prejudicialidade	302
18.1.3.	Classificação	302
18.1.4.	Sistemas de solução	304
18.1.5.	Prejudicial e prescrição	304
18.1.6.	Efeito	304
18.1.7.	Recurso contra despacho que suspende a ação	304
18.1.8.	Diferença entre questão prejudicial e questão preliminar ...	305
18.2.	As exceções	305
18.2.1.	Conceito	305
18.2.2.	Compreensão do tema	305
18.2.3.	Espécies	306
18.2.4.	Classificação tradicional	306
18.2.5.	Suspeição	306
18.2.5.1.	Processamento	307
18.2.5.2.	Requisitos da exceção	308
18.2.5.3.	Procedimento perante o juiz suspeito	308

18.2.5.4.	Procedimento perante o tribunal	308
18.2.5.5.	Contra quem pode ser alegada a suspeição?	309
18.2.5.6.	Cabe exceção de suspeição contra autoridades policiais?	309
18.2.5.7.	Efeitos da suspeição	309
18.2.5.8.	Existe recurso contra reconhecimento espontâneo de suspeição?	310
Jurisprudência.....		310
18.2.6.	Incompetência de juízo. Procedimento	310
18.2.7.	Litispêndência.....	311
18.2.7.1.	Elementos que identificam a demanda, impedindo a litispêndência	311
18.2.7.2.	Recursos.....	312
18.2.8.	Ilegitimidade de parte	312
18.2.8.1.	Ilegitimidade <i>ad processum</i> ou <i>ad causam</i>	312
18.2.8.2.	Efeitos do reconhecimento.....	313
18.2.8.3.	Recursos.....	313
18.2.8.4.	Procedimento	313
18.2.9.	Coisa julgada	313
18.2.9.1.	Distinção entre coisa julgada formal e coisa julgada material.....	313
18.2.9.2.	História	314
18.2.9.3.	Teorias	314
18.2.9.4.	Função	316
18.2.9.5.	Natureza jurídica.....	316
18.2.9.6.	Cabimento da exceção de coisa julgada.....	316
18.2.9.7.	Rito.....	317
18.2.9.8.	Fases.....	317
18.2.9.9.	A coisa julgada no crime continuado e no concurso de agentes	317
18.2.10.	Impedimentos do Ministério Público e órgãos auxiliares.....	317
18.2.11.	Conflito de jurisdição.....	318
18.2.11.1.	Conceito e espécies.....	318
18.2.11.2.	Conflito de atribuições.....	318
18.2.11.3.	Processamento	318
18.2.11.4.	Competência para julgar	319
18.2.12.	Restituição de coisas apreendidas	319
18.2.12.1.	Restituição: objetos restituíveis, oportunidade, procedimento	320
18.2.12.2.	Coisas restituíveis e não restituíveis. Instrumentos do crime.....	320
18.2.12.3.	Apreensão na hipótese do art. 19 da LCP.....	321
18.2.12.4.	Produtos diretos e indiretos do crime	321
18.2.12.5.	Restituição feita pela autoridade policial	322

18.2.12.6.	Restituição feita pelo juiz criminal	323
18.2.12.7.	Restituição de coisas facilmente deterioráveis ...	323
18.2.12.8.	Coisas adquiridas com os proventos do crime.....	323
18.2.12.9.	Destino dos objetos apreendidos	324
18.2.12.10.	Coisas apreendidas em face de descaminho ou contrabando	327
18.2.12.11.	E quando o instrumento do crime for arma de fogo?	327
18.2.12.12.	Lei de Drogas (Lei n. 11.343/2006).....	328
18.2.13.	Medidas assecuratórias	330
18.2.13.1.	Considerações iniciais.....	330
18.2.13.1.1.	O papel da vítima.....	330
18.2.13.1.2.	O processo reparatório.....	331
18.2.13.2.	Medidas assecuratórias.....	331
18.2.13.2.1.	O sequestro previsto nos arts. 125 e 132 do CPP	332
18.2.13.2.2.	Requisitos para o sequestro.....	333
18.2.13.2.3.	Competência.....	333
18.2.13.2.4.	Recurso.....	333
18.2.13.2.5.	Procedimento	333
18.2.13.2.6.	Embargos ao sequestro	334
18.2.13.2.7.	Competência para julgar os embargos ..	334
18.2.13.2.8.	Levantamento do sequestro	334
18.2.13.2.9.	Leilão e depósito	334
18.2.13.3.	Hipoteca legal.....	335
18.2.13.3.1.	Classificação	335
18.2.13.3.2.	Oportunidade	336
18.2.13.3.3.	Pressupostos	336
18.2.13.3.4.	Finalidades.....	336
18.2.13.3.5.	Liquidação.....	336
18.2.13.4.	O arresto previsto no art. 137 do CPP.....	337
18.2.13.4.1.	Oportunidade	337
18.2.13.4.2.	Pressupostos	337
18.2.13.5.	Relação das medidas confiscatórias no processo penal e dispositivos correlatos do direito penal	337
18.2.14.	Incidente de falsidade	338
18.2.14.1.	Processamento	338
18.2.14.2.	Efeitos	339
18.2.15.	Incidente de insanidade mental do acusado. Procedimento.....	339
Questões.....		340
19. Sentença		340
19.1.	Breve histórico.....	340
19.2.	Natureza jurídica.....	341

19.3.	Classificação das decisões.....	341
19.4.	Conceito de sentença em sentido estrito.....	342
19.4.1.	Classificação das sentenças em sentido estrito	342
19.4.2.	Requisitos formais da sentença.....	342
19.4.3.	Sentença suicida	344
19.4.4.	Embargos declaratórios	344
19.4.4.1.	Requisitos para a oposição dos embargos.....	344
19.4.5.	Efeitos da sentença.....	344
19.4.6.	Princípio da correlação.....	345
19.4.7.	<i>Emendatio libelli</i>	345
19.4.8.	<i>Mutatio libelli</i>	346
19.5.	Sentença absolutória.....	348
19.5.1.	Efeitos da sentença absolutória.....	349
19.6.	Sentença condenatória	349
19.6.1.	Efeitos da sentença condenatória	349
19.6.2.	Publicação.....	350
19.6.3.	Inalterabilidade ou retificação da sentença.....	350
19.6.4.	Intimação da sentença (arts. 390 a 392 do CPP)	350
19.6.5.	Detração penal na sentença penal condenatória.....	351
19.7.	Crise da instância.....	351
Questões.....		351
20.	Dos processos em espécie.....	352
20.1.	Processo e procedimento	352
20.1.1.	Definição de processo.....	352
20.1.2.	Sistemas processuais.....	352
20.1.3.	Características do sistema acusatório	352
20.1.4.	Pressupostos de existência da relação processual	352
20.1.5.	Pressupostos de validade da relação processual.....	353
20.1.6.	Distinção entre processo e procedimento.....	353
20.1.7.	Das disposições legais sobre os procedimentos penais.....	353
20.1.7.1.	Noções introdutórias	353
20.1.7.2.	Procedimento comum. Âmbito de incidência.....	354
20.2.	Procedimento ordinário.....	356
20.2.1.	Início da instrução	356
20.2.1.1.	Resposta à acusação e absolvição sumária.....	356
20.2.2.	Audiência de instrução e julgamento.....	359
20.3.	Procedimento sumário.....	363
20.3.1.	Introdução.....	363
20.3.1.1.	Procedimento judicialiforme foi revogado	363
20.3.1.2.	Rito procedimental.....	364
20.4.	Da citação.....	366
20.4.1.	Conceito	366
20.4.2.	Quem determina a citação.....	367

20.4.3.	Falta de citação	367
20.4.4.	Hipóteses de conhecimento da imputação antes mesmo da citação.....	368
20.4.5.	Efeitos da citação válida.....	368
20.4.6.	Consequências do não atendimento à citação	368
20.4.7.	Classificação	369
20.4.8.	Da citação por mandado.....	369
20.4.8.1.	Requisitos intrínsecos da citação por mandado ..	369
20.4.8.2.	Requisitos extrínsecos da citação por mandado ..	369
20.4.8.3.	Dia e hora da citação.....	370
20.4.9.	Citação por carta precatória.....	370
20.4.9.1.	Requisitos intrínsecos da citação por carta precatória	370
20.4.9.2.	Caráter itinerante da carta precatória	370
20.4.9.3.	Interrogatório por carta precatória.....	371
20.4.10.	Citação do militar	371
20.4.11.	Citação do preso.....	371
20.4.12.	Citação do funcionário público.....	372
20.4.13.	Réu no estrangeiro	372
20.4.14.	Citação por carta de ordem	372
20.4.15.	Citação por edital	373
20.4.15.1.	Pressuposto da citação por edital.....	373
20.4.15.2.	Hipóteses legais de citação por edital.....	373
20.4.15.3.	Prazo do edital	373
20.4.15.4.	Requisitos da citação por edital	374
20.4.15.5.	Formalidades extrínsecas à citação por edital....	374
20.4.16.	“Citação circunduta”.....	375
20.4.17.	Suspensão do processo e do prazo prescricional.....	375
20.4.17.1.	Principais questões decorrentes da lei.....	375
20.5.	Intimação.....	377
20.5.1.	Definição.....	377
20.5.2.	Distinção entre intimação e notificação	377
20.5.3.	Regra geral	378
20.5.4.	Publicação.....	378
20.5.5.	Regras especiais	378
20.6.	Procedimento sumaríssimo (Leis n. 9.099/95 e 10.259/2001).....	380
20.6.1.	Introdução.....	380
20.6.2.	Âmbito de incidência: conceito de menor potencial ofensivo.....	382
20.6.3.	Regras especiais.....	382
20.6.4.	Procedimento sumaríssimo	386
20.6.4.1.	Fase preliminar e transação penal.....	386
20.6.4.2.	Fase processual	392
20.6.4.3.	Suspensão condicional do processo	396
20.6.5.	Questões finais.....	398

20.6.5.1.	Suspensão condicional do processo	398
20.6.5.2.	Representação do ofendido.....	399
20.6.5.3.	Desclassificação para infração de menor potencial ofensivo	399
20.6.5.4.	Descumprimento da pena restritiva de direitos na transação penal	399
20.6.5.5.	Não pagamento da pena de multa na transação penal.....	399
20.6.5.6.	Da violência doméstica e familiar contra a mulher e da Lei dos Juizados Especiais Criminais	400
Jurisprudência.....		402
20.7.	Procedimentos especiais previstos no Código de Processo Penal.....	403
20.7.1.	Procedimento dos crimes falimentares.....	403
20.7.1.1.	Inquérito judicial.....	403
20.7.1.2.	Recebimento da denúncia. Motivação.....	403
20.7.1.3.	Competência.....	403
20.7.1.4.	Rito.....	403
20.7.1.5.	Natureza jurídica da sentença que decreta a falência, concede a recuperação judicial ou extrajudicial	404
20.7.1.6.	Cientificação do MP e prazo para a propositura da ação penal.....	404
20.7.1.7.	Relatório	404
20.7.1.8.	Ação penal	405
20.7.1.9.	Efeitos da condenação	405
20.7.1.10.	Prescrição	405
20.7.2.	Procedimento dos crimes contra a honra.....	405
20.7.2.1.	Introdução.....	405
20.7.2.2.	Procedimento	407
20.7.2.3.	Do pedido de explicações. Procedimento	409
20.7.3.	Procedimento dos crimes funcionais.....	409
20.7.3.1.	Introdução.....	409
20.7.3.2.	Procedimento	410
20.7.4.	Procedimento dos crimes contra a propriedade imaterial....	410
20.7.4.1.	Introdução.....	410
20.8.	Procedimento de competência do Júri popular.....	412
20.8.1.	Breve histórico.....	412
20.8.2.	Organização do Júri.....	413
20.8.3.	Soberania dos veredictos	415
20.8.4.	Rito escalonado	415
20.8.4.1.	<i>Judicium accusationis</i>	415
Jurisprudência.....		419
20.8.4.2.	<i>Judicium causae</i>	421
20.8.4.2.1.	Recebimento da sentença de pronúncia transitada em julgado.....	421

	20.8.4.2.2. Desaforamento	421
	20.8.4.2.3. Instalação da sessão	423
	20.8.4.2.4. Formação do conselho de sentença ...	424
	20.8.4.2.5. Atos instrutórios	425
	20.8.4.2.6. Debates	426
	20.8.4.2.7. Provas novas	427
	20.8.4.2.8. Formulação dos quesitos	427
Jurisprudência.....		429
	20.8.4.2.9. Votação	429
	20.8.4.2.10. Sentença.....	430
	20.8.4.2.11. Ata do julgamento	431
	20.8.4.2.12. Atribuições do juiz-presidente.....	431
20.8.5. Questões finais específicas sobre Júri.....		432
	20.8.5.1. Exame de insanidade mental	432
	20.8.5.2. Conferência da urna.....	432
	20.8.5.3. Número mínimo de jurados	432
	20.8.5.4. Momento de arguir as nulidades.....	432
	20.8.5.5. Autor principal e partícipe	432
	20.8.5.6. Incomunicabilidade entre jurados.....	432
	20.8.5.7. Juiz togado que abandona plenário.....	433
	20.8.5.8. Recusa ou aceitação de jurados	433
	20.8.5.9. Compromisso dos jurados.....	433
	20.8.5.10. Interrogatório. Nulidades	433
	20.8.5.11. Cópias aos jurados	433
	20.8.5.12. Testemunhas.....	433
	20.8.5.13. Testemunhas. Pergunta direta.....	433
	20.8.5.14. Acareação	434
	20.8.5.15. Dispensa de testemunhas	434
	20.8.5.16. Testemunhas residentes fora da comarca	434
	20.8.5.17. Testemunha que não comparece.....	434
	20.8.5.18. Depoimento pessoal.....	435
	20.8.5.19. Debates	435
	20.8.5.20. Réplica e tréplica	435
	20.8.5.21. Apartes	435
	20.8.5.22. Intervenção dos jurados	435
	20.8.5.23. Reinquirição de testemunha.....	435
	20.8.5.24. Dissolução do conselho.....	436
	20.8.5.25. Esclarecimento do juiz aos jurados na hora de votar	436
	20.8.5.26. Leitura dos quesitos.....	436
	20.8.5.27. Sala secreta.....	436
	20.8.5.28. Contradição nas respostas.....	437
	20.8.5.29. Desclassificação pelo Júri.....	437

20.8.5.30. Desclassificação e crimes conexos	437
20.8.5.31. Algemas no réu durante o julgamento	438
20.9. Procedimento criminal dos crimes de drogas	438
20.9.1. Lei n. 11.343/2006	438
20.9.2. Procedimento esquemático	439
20.9.2.1. Na polícia	439
20.9.2.2. Em juízo	439
Jurisprudência	441
Questões	443
21. Nulidades	443
21.1. Quadro comparativo dos vícios processuais	446
21.2. Princípios básicos das nulidades	450
21.2.1. Princípio do prejuízo	450
21.2.2. Princípio da instrumentalidade das formas ou da economia processual	450
21.2.3. Princípio da causalidade ou da sequencialidade	450
21.2.4. Princípio do interesse	451
21.2.5. Princípio da convalidação	451
Jurisprudência	451
21.2.6. Princípio da não preclusão e do pronunciamento <i>ex officio</i>	452
21.3. Nulidades em espécie	452
21.4. Momento oportuno para a arguição das nulidades relativas	473
Questões	474
22. Recursos	474
22.1. Conceito. Origem	474
22.2. Fundamentos	475
22.3. Pressupostos processuais	475
22.3.1. Pressupostos objetivos	475
22.3.2. Pressupostos subjetivos	480
22.4. Interposição	482
22.5. Efeitos	485
22.6. Extinção	486
22.7. Apelação	486
22.7.1. Origem etimológica	486
22.7.2. Conceito	486
22.7.3. Características	487
22.7.4. Apelação plena e limitada	487
22.7.5. Legitimidade e interesse	489
22.7.6. Apelação subsidiária do apelo oficial	490
22.7.7. Prazo da apelação do assistente da acusação	490
22.7.8. Renúncia e desistência	491
22.7.9. Cabimento da apelação nas sentenças do juiz singular	492

22.7.10.	Apelação das decisões do Júri	493
22.7.11.	Prazo	494
22.7.12.	Processamento	495
22.7.13.	Liberdade provisória	496
22.7.14.	Apelação sumária	496
22.7.15.	Apelação ordinária	496
22.7.16.	Deserção	497
22.7.17.	Efeitos	497
22.7.18.	<i>Reformatio in pejus</i>	497
22.7.19.	<i>Reformatio in pejus</i> indireta	497
22.7.20.	<i>Reformatio in melius</i>	498
22.8.	Recurso em sentido estrito	498
22.8.1.	Conceito	498
22.8.2.	Cabimento	498
22.8.3.	Competência para o julgamento	507
22.8.4.	Prazos	507
22.8.5.	Processamento	507
22.8.6.	Efeitos	508
Jurisprudência.....		509
22.9.	Protesto por novo Júri	509
22.9.1.	Conceito	509
Jurisprudência.....		509
22.10.	Carta testemunhável	510
22.10.1.	Conceito	510
22.10.2.	Origem histórica	510
22.10.3.	Natureza jurídica	510
22.10.4.	Procedimento	511
Jurisprudência.....		511
22.11.	Correição parcial	511
22.11.1.	Conceito	511
22.11.2.	Natureza jurídica	512
22.11.3.	Legitimidade ativa	512
22.11.4.	Objeto do recurso	512
22.11.5.	Processamento	512
22.12.	Embargos infringentes	513
22.12.1.	Conceito	513
22.12.2.	Prazo	513
22.12.3.	Cabimento	513
22.12.4.	Procedimento	514
22.13.	Embargos declaratórios	515
22.13.1.	Conceito	515
22.13.2.	Natureza jurídica	515
22.13.3.	Prazo	516
22.13.4.	Pressupostos	516

22.13.5. Legitimidade	516
22.13.6. "Embarginhos"	516
22.13.7. Efeito suspensivo	517
Jurisprudência	517
22.14. Revisão criminal.....	517
22.14.1. Conceito	517
22.14.2. Origem histórica	518
22.14.3. Natureza jurídica.....	518
22.14.4. Legitimidade	519
22.14.5. Prazo.....	519
22.14.6. Cabimento.....	520
22.14.7. Admissibilidade.....	521
22.14.8. Competência	521
22.14.9. Processamento	521
22.15. <i>Habeas corpus</i>	523
22.15.1. Origem histórica do <i>habeas corpus</i> no mundo.....	523
22.15.2. Origem do <i>habeas corpus</i> no Brasil.....	524
22.15.3. Conceito	525
22.15.4. Natureza jurídica	525
22.15.5. Espécies.....	525
22.15.6. Legitimidade ativa	525
22.15.7. Legitimidade passiva	526
22.15.8. Admissibilidade.....	526
22.15.9. Competência.....	528
22.15.10. Impetração.....	529
22.15.11. Processamento	529
22.15.12. Julgamento e efeitos.....	529
22.15.13. Recursos	530
22.16. Mandado de segurança em matéria criminal.....	530
22.16.1. Conceito	530
22.16.2. Admissibilidade	531
22.16.3. Legitimidade ativa	531
22.16.4. Legitimidade passiva	532
22.16.5. Competência.....	533
22.16.6. Procedimento.....	533
22.17. Recurso extraordinário	536
22.17.1. Conceito, natureza jurídica e finalidade	536
22.17.2. Condições de admissibilidade.....	537
22.17.2.1. Repercussão geral das questões constitucionais	540
22.17.3. Legitimidade	541
22.17.4. Interposição e processamento	542
22.17.4.1. Efeito suspensivo	543
22.17.5. Súmula vinculante	545
22.17.5.1. Jurisprudência e súmula. Distinção	545

22.17.5.2. Súmula vinculante. Previsão legal	545
22.17.5.3. Competência para aprovar a súmula vinculante	546
22.17.5.4. Requisitos para aprovar, rever ou cancelar súmula vinculante.....	546
22.17.5.5. Publicação.....	546
22.17.5.6. Restrição dos efeitos da súmula vinculante.....	546
22.17.5.7. Legitimados para provocar a aprovação, revisão e cancelamento da súmula vinculante	547
22.17.5.8. Procedimento	547
22.17.5.9. Reclamação.....	547
22.18. Recurso especial.....	547
22.18.1. Conceito, finalidade e natureza jurídica.....	547
22.18.2. Condições de admissibilidade	548
22.19. Recurso ordinário constitucional	550
22.19.1. No Supremo Tribunal Federal	550
22.19.2. No Superior Tribunal de Justiça	550
22.19.3. Procedimento.....	551
Questões.....	551
Súmulas	553
Súmulas do Superior Tribunal de Justiça	on-line
Súmulas do Supremo Tribunal Federal	on-line
Súmulas Vinculantes.....	on-line
Bibliografia	555